

Doença nova, remédio velho

■ Economistas rejeitam idéia do controle de preços contra repiques de inflação

AZELMA RODRIGUES

BRASÍLIA – Se fô o temor de uma explosão inflacionária que levou o governo a tentar congelar preços de remédios e combustíveis, o tiro pode sair pela culatra, dizem os especialistas. Em uma economia de mercado as ameaças acabam gerando efeito oposto. Com medo de também serem pressionados no futuro, empresários de outros setores podem fazer reajustes preventivos – de modo a poder queimar gorduras, se alguma espécie de tabelamento sobrar para eles.

Economistas condenaram as ameaças de confisco de álcool ou de controle direto do aumento de cada remédio. “O governo deve regular o mercado usando mecanismos de mercado”, criticou o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola. “Esse tipo de discurso ajuda na popularidade do governo, mas é como sacar um revólver no meio de uma luta de boxe”, disse.

“O mercado tem que caminhar para um recuo forçado pela própria concorrência”, disse o especialista em preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Sidney Cota. “Controlar margem de

lucro é impossível. Os milhares de postos de gasolina teriam que ser fiscalizados um a um. É uma jogada sensacionalista e marqueteira”, opinou Roberto Piscitelli, presidente do Conselho Regional de Economia de Brasília.

Acaso – “Congelar pode acertar, mas por acaso”, acredita o economista Felipe Ohana, diretor da FGV em Brasília. Só daria certo, segundo ele, se o governo tivesse conhecimento da estrutura de preços e dos mercados alternativos para os quais os setores tabelados possam escapar, exportando seus produtos. “Nessa ignorância, esse tipo de atitude soa com fins eleitoreiros”, afirmou.

Segundo Ohana, o que falta ao governo é uma política de estímulo à oferta. Eliminar o excesso de burocracia para o registro de remédios, ampliar as importações ou reduzir a carga de impostos sobre os medicamentos mais utilizados pela população mais pobre seriam alternativas, ele diz. “Os preços só são controlados com aumento da oferta”.

“Essa questão dos altos preços dos remédios não é um problema que ocorre só no Brasil, mas no

mundo inteiro. É preciso encontrar saídas criativas, ver soluções que dão certo em outros países, por exemplo. O que não dá é fazer disso esse cavalo de batalha, que pode se voltar contra o próprio governo”, afirmou Loyola, da Tendências Consultoria.

Segundo Paulo Sidney, o acordo do governo com a indústria farmacêutica “não deve ter grandes efeitos para o consumidor”. Ele lembra que é um setor que trabalha com grandes descontos, portanto, o tabelamento pega os preços “reais” dos remédios. O desconto dado pela farmácia incide na margem de “gordura” já embutida e ele acredita que os preços no varejo podem até subir. “Foi a mesma coisa que aconteceu com o reajuste das passagens de avião”, citou.

Redução – O economista disse ainda que pesquisas feitas pela FGV revelam que aumentos substanciais nos remédios ocorreram mesmo foi no ano passado. De janeiro a junho deste ano “houve foi uma redução de 1,8% em média”, afirmou. Já em julho ocorreu reajuste médio de 2,9%, deixando a variação de preços dos medicamentos com alta acu-

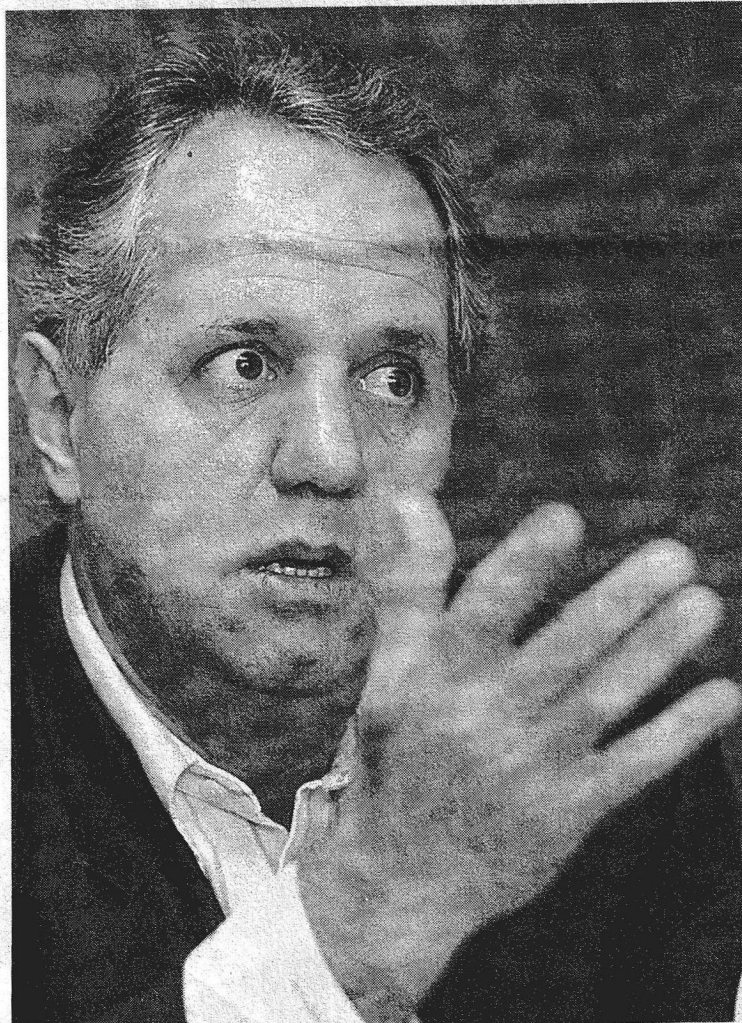
mulada nos sete meses de 1,3%

Sobre a alta dos combustíveis, Sidney criticou a ação do próprio governo, que segundo ele contribuiu para isso, ao aumentar a cobrança de tributos (PIS e Cofins) e aprovar o reajuste “deliberado” em 15 de julho. Loyola também lembrou que há dois anos o governo se aliou aos usineiros, criando incentivos para escoar a supersafra de 13 milhões de litros. “Foi o governo que começou essa história, interferindo na lei de oferta e procura”, afirmou.

Para Piscitelli, é um contra-senso a tentativa de controle de preços num regime de livre mercado. Mas acredita que no caso dos combustíveis, pode ter resultados localizados pelo efeito psicológico da intimidação do governo, já que os postos de gasolina são concessões oficiais. Já o congelamento “amigável” dos medicamentos por seis meses, o economista diz ser “mais uma jogada de marketing”. Ele afirma que mesmo que crie mecanismos de coerção, o governo “tem poucas chances de se contrapor à ação cartelizada dos laboratórios, porque não produz e não tem rede de distribuição de remédios.”

Carlos Eduardo – 20/7/2000

Gilberto Alves – 30/1/1997



Felipe Ohana (E) vê “fins eleitoreiros” no controle de preços. Loyola, ex-BC, concorda: “é como nuxar revólver em luta de boxe”